

SESSÕES DO PLENÁRIO

35ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 04 de maio de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Antônia Pedrosa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fernando Torres, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Sandro Régis e Yulo Oiticica. (42)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- A Secretaria da Mesa registra a presença de 38 Srs. Deputados. Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem do deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, tendo vista que não há sequer um membro da Mesa Diretora desta Casa, apesar de ter havido uma verdadeira guerra para a sua eleição presenciada por todos nós, solicito a V.Exª, Sr. Presidente, uma verificação de quorum para continuidade da sessão.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem do deputado Heraldo Rocha, Líder da Oposição.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, sei que o deputado Pedro Alcântara tem toda a razão. Ele foi meu Líder nesta Casa e sabe do respeito que tenho por ele não só como parlamentar, mas como médico.

Hoje temos um assunto importantíssimo para tratar, levantado por nós na

quinta-feira da semana passada, que é a situação financeira do nosso Estado. A situação é muito grave, é gravíssima. Tenho sido procurado por diversos segmentos empresariais da sociedade baiana a respeito da falta de pagamento aos fornecedores.

Hoje, deputado Álvaro, o Diário Oficial do Estado publica – porque agora quem fala pelo Governo é o deputado Walter Pinheiro, o secretário da Fazenda fica calado – que o Estado vai pagar aos fornecedores que tem aproximadamente 200 milhões, sendo 175 milhões com antecipação de receita, coisa que não se faz há muito tempo, e verba do Fundef, e os 48 milhões serão pagos através do convênio assinado pelo governo do Estado com o Banco do Brasil. Não sei se V.Ex^a leu, provavelmente deve ter lido. Os 48 milhões são destinados para que o empresário tome um empréstimo no Banco do Brasil, mediante apresentação de nota fiscal, a juros de 1,38% ao mês.

E há uma pergunta que não quer calar, Sr. Presidente: quem vai pagar os juros do atraso do Estado? Além de todos os segmentos, na quinta-feira passada, um jovem empresário chorou no meu gabinete. Quero comunicar a toda imprensa baiana, Sr. Presidente, que os advogados da nossa Liderança estão dando entrada num requerimento destinado ao Tribunal de Contas do Estado, para que essa grave situação seja explicada.

Fizemos um levantamento, foi dito pelo *Bahia Notícias* e pelo *Tempo Presente* da semana passada que o Estado tem recursos. Será que o balanço do Estado, publicado no Diário Oficial do dia 31 de dezembro foi maquiado? São essas e outras perguntas que precisam ser respondidas.

Queria que V.Ex^a convidasse os nossos companheiros parlamentares para debatermos este assunto. É um problema grave que gerará mais de 5 mil desempregados. Num momento como esse gerar 5 mil desempregados não é nada bom. O débito com um dos segmentos é de 40 milhões. A situação é muito grave, Sr. Presidente.

Peço a V.Ex^a que atenda a questão de ordem do deputado Pedro Alcântara, mas que também requeira a nossa para que possamos discutir – tenho certeza que o deputado Pedro Alcântara não tinha conhecimento da gravidade da situação –, porque a Bahia está falida, Sr. Presidente. Requeiro a V.Ex^a que convide os deputados para que possamos, nesta sessão, debater esse grave assunto do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V.Ex^{as} serão atendidos. Pediria para registrar os 15 minutos para que possamos conceder a questão de ordem aos demais deputados.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de 5 minutos.

Quero informar aos Srs. Deputados que há um pedido de verificação de quorum para a continuidade da presente sessão. Portanto, solicito aos Srs. Deputados que estejam em seus gabinetes, na sala do cafezinho ou nos corredores da Assembleia Legislativa para que se façam presentes, no sentido de atender ao pedido formulado em questões de ordem, pelos deputados Pedro Alcântara e Heraldo Rocha.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Sr. Presidente, temos assuntos importantes para serem discutidos nesta tarde de hoje, e tenho certeza absoluta que o deputado Pedro Alcântara vai retirar sua questão de ordem, porque já chegou um membro da Mesa, o vice-presidente desta Casa, deputado Rogério Andrade, que assume a Mesa neste instante. A questão do deputado era exatamente por falta de um membro da Mesa para assumir os trabalhos.

Nós temos, realmente, muitos assuntos que necessitam ser discutidos, além dessa questão financeira do Estado, que é grave, como disse o deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria, inclusive, fornecedores já estavam deixando de ser pagos. Espero que o Estado resolva essas questões. O governo federal, o BNDES estão repassando recursos para o Estado, espero que essa situação seja resolvida.

Nós temos um assunto importante para discutir, a questão das emancipações, vai ter uma reunião no dia 21, em Brasília, no auditório Nereu Ramos, com o presidente da Câmara e com diversos deputados que encampam essa questão da emancipação de distritos, prerrogativa essa, que nós como deputados das diversas assembleias tínhamos que legislar e que foi retirada pela PEC...

(Discussão entre os deputados Clóvis Ferraz, Gaban e Pedro Alcântara.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir sua questão de ordem, deputado.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Sr. Presidente, não terminei de formular minha questão de ordem. Então, esta reunião é para discutir a questão das emancipações, que a PEC nº15, de 98, retirou essa prerrogativa das Assembleias Legislativas, prerrogativa de criar municípios e, em função disso, a Unale encampou essa batalha das emancipações, tendo apresentado a PEC nº 13. Um terço das Assembleias Legislativas do País, apresentaram esta PEC, através do senador Sérgio Zambiazze, que devolve essa prerrogativa de legislar sobre a criação de municípios às Assembleias Legislativas.

Já não basta a Constituição de 88 ter tirado praticamente todos os poderes de legislar das assembleias. Nós hoje não legislamos, não temos prerrogativa para legislar porque foi retirada pela Constituição de 88. Legislamos apenas sobre matérias sem nenhuma importância: títulos de cidadão, nome de ruas, concessão de medalhas de mérito, e nós entendemos que as Assembleias Legislativas precisam retomar as suas prerrogativas de legislar e uma dessas primeiras que nós vamos conseguir...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado, queira por gentileza formular a questão de ordem.

O Sr. Clóvis Ferraz:- (...) através da aprovação da PEC 13 ou do projeto substituto, o projeto 419/2008 que substitui o que já está na Câmara para ser votado e vai ser discutido. O presidente da Câmara pediu o prazo de 30 dias para resolver esse...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Queira concluir, por gentileza, Sr. Deputado.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Por isso nós vamos, nós da Unale, os deputados estaduais

de diversas Assembleias, Assembleia do Ceará e as diversas outras Assembleias, que encampam essa luta, estar lá no dia 21, discutindo com o presidente da Câmara a votação desse projeto para que se retorne às Assembleias Legislativas a prerrogativa de legislar sobre a criação de municípios.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado Gabam.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente, gostaria de aproveitar apenas as presenças aqui do Líder da Minoria, o deputado Heraldo Rocha, o deputado Álvaro Gomes que está representando o Líder da Maioria e o Líder do PR, deputado Pedro Alcântara.

Eu acho que a partir deste momento, tem que acabar com a brincadeira aqui na Casa chamada acordo de Liderança. Tem que acabar com essa brincadeira, porque isso só está funcionando quando há interesse de um ou de outro lado. Eu até concordo com o que colocou o deputado Pedro Alcântara, que se um acordo de Liderança foi feito no passado e não quando ele foi Líder, então não tem validade.

Era só derrubar as sessões após o Pequeno Expediente para não passarmos o vexame de não ter sessão dia nenhum nesta Casa, só em dia de votação. Não tem sessão, é uma Casa que ninguém trabalha, então vamos acabar com isso, acho que o deputado Pedro Alcântara tem razão, essa porcaria não consta do Regimento Interno desta Casa, então não pode ter validade.

Então, deputado Heraldo Rocha, deputado Álvaro Gomes, deputado Líder do PR, querido amigo Pedro Alcântara, tem que acabar com todos os acordos de Lideranças que foram feitos a partir deste momento, porque se quebra um acordo tem que quebrar todos. Todas aquelas artimanhas, vamos chamar assim, que foram criadas sem ter sido votadas através do Regimento Interno não tem mais validade a partir deste momento. Mas aproveitando, já que se quebrou esse acordo que eu mesmo fui contra, porque não pode fazer acordo de Liderança, sem discutir cada um com seu bloco, mas aí possibilita isso aí.

Eu gostaria, aproveitando o tempo que ainda tenho, Sr. Presidente, de dizer que espero que amanhã prevaleça o bom senso, que não venham votar o que vai mexer com todos funcionários públicos do Estado e acabar com a previdência dos funcionários públicos do estado.

Eu sou membro do Conprev, representante da Assembleia Legislativa naquele Conselho. Acabou-se com as atribuições, praticamente, do conselho, porque o que se quiser fazer agora não precisa mais passar pelo Conprev e pior, Sr. Presidente, acaba com o que foi criado a partir de dezembro de 2007 que seria um fundo de compensação que, depois de vasto estudo, que nós contratamos através do Conprev para que em 10 anos tivesse uma curva Autorial equilibrada para que pudesse dar garantia aos funcionários públicos para que quando ele se aposentasse tivesse seus benefícios preservados e garantidos.

Com esse projeto que o Governador mandou, que foi aprovado em regime de urgência aqui por esta Casa, sem uma leitura e sem conhecimento de nenhum dos Parlamentares daqui desta Casa que vai acabar com a previdência, com o Fundo de

Previdência dos servidores públicos. Já sugeri, mas a Casa apresenta aí 57 Parlamentares presentes, mas aqui só tem 10. Não dá pra discutir bulhufas, porque essa casa não discute nada.

Agora, é irresponsabilidade acabar com a garantia da aposentadoria de todos os funcionários públicos do Estado da Bahia sem uma discussão ampla. E, hoje, eu acho que deveria ser o dia para discutirmos aqui, para fazer uma Sessão Especial chamando o Conprev, o Secretário de Administração, o Procurador-Geral do Estado, todos os sindicatos que representam os funcionários públicos para que eles tenham conhecimento, vai que ocorre o absurdo, e esta Casa tem se transformado numa Casa dos absurdos, que se vote amanhã um projeto sem discussão!

Esse dinheiro que está ali no *site* da Secretaria da Administração é de um fundo que foi criado há um ano e três meses e já tem 67 milhões. É para a garantia da estabilidade do Funprev durante um período de 10 anos, para que os aposentados tenham direito ao benefício. E se nós acabarmos... Vamos inclusive, Sr. Presidente, nesse projeto retirar até essa poupança de 67 milhões. Vai ser retirada pelo governo para cobrir o rombo que ele tem no Orçamento. Não pode por causa de um problema transitório acabar com o sossego de mais de 200 mil servidores públicos.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. Gaban:- Concluindo, Sr. Presidente.

Previdência não é apenas do funcionário público, é também da sua família. É a garantia futura. Esta Assembleia não pode em nenhuma hipótese aprovar um projeto ou votá-lo amanhã sem uma ampla discussão. Tem que ter transparência nos atos. Eu lamento o comportamento que este Legislativo tem hoje. Poderia começar a discutir, aprofundar um pouco mais este assunto. Faz-se uma questão de ordem para derrubar a sessão, e a gente não discute. Da mesma forma que aprovamos sem discussão - eu infelizmente não estava aqui para me opor, mas pelo menos não participei daquele vexame - o regime de urgência para esse projeto.

Mesmo tendo só 24 horas, apresentei 3 emendas, deputado Álvaro Gomes. E espero que esta Casa não seja irresponsável de votar esse projeto amanhã sem uma ampla discussão, pois ele vai penalizar todos os servidores públicos - não só os daqui da Assembleia Legislativa, mas também os do Executivo, Judiciário e Ministério Público.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, queria informar...

(O deputado Paulo Azi fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Paulo Azi, V.Ex^a bem sabe que existe uma cultura nesta Casa, um costume de revezar as questões de ordem. Eu não posso conceder 3 questões de ordem consecutivas à Bancada da Oposição e nenhuma à do governo.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, concordo com o deputado Gaban numa coisa: esse projeto em discussão sobre o Funprev é muito importante. Mas em outra

parte discordo da fala dele, pois acho que amanhã nós teremos tempo para debatê-lo esclarecendo-o melhor.

Queria também, Sr. Presidente, só fazer um esclarecimento, embora inclusive ache que no momento anterior o assunto já foi esclarecido com muita precisão. Aqui existia o seguinte: os parlamentares que chegavam mais cedo e se inscreviam no Pequeno Expediente às vezes não podiam fazer seus pronunciamentos porque os deputados que chegavam posteriormente pediam mas não faziam questões de ordem, e sim discursos. Em função disso, foi feito um acordo muito claro. Até foi trazido pra cá por escrito para esclarecer definitivamente esta situação de não se poder pedir questão de ordem durante o Pequeno Expediente para não atrapalhar a fala dos oradores e também para que cada uma dessas questões não fosse um verdadeiro discurso substituindo, portanto, os próprios pronunciamentos dos inscritos inicialmente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Álvaro, V.Ex^a tem apenas 50 segundos para concluir a questão de ordem.

O Sr. Álvaro Gomes:- Como acabei de dizer, fez-se um acordo de que não se poderia pedir questão de ordem no Pequeno Expediente exatamente para não atrapalhar o orador, exceto quando ela fosse para a verificação do quorum de continuidade da sessão. Então, sendo com esse objetivo, poderia ser solicitada a qualquer momento: no início, meio ou fim da plenária. Fica, portanto, este meu esclarecimento: a questão de ordem só pode ser feita para verificação do quorum de continuidade das sessões.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Pedro Alcântara, V.Ex^a mantém a questão de ordem?

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, eu até gostei das colocações do deputado Gaban. Primeiro, de apoio à minha solicitação...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Eu gostaria de saber se V.Ex^a mantém a questão de ordem.

O Sr. Pedro Alcântara:- Mantenho, sim.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- O deputado Pedro Alcântara mantém sua questão de ordem.

Há apenas 12 Srs. Deputados presentes à sessão. Não havendo número para a continuidade da mesma, declaro...

Todavia, antes de encerrar, gostaria de registrar as presenças dos deputados Heraldo Rocha, Paulo Azi, Júnior Magalhães, João Carlos Bacelar, Clóvis Ferraz, José Nunes, Gaban, Sandro Régis, Álvaro Gomes, Pedro Alcântara, Gilberto Brito, e deputada Antônia Pedrosa, aniversariante de hoje. Eu gostaria de parabenizá-la pela passagem de seu aniversário.

Em nome de Deus, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*